

PEDIDO DE LITIGÂNCIA DE MÁ-FÉ

EXCELENTÍSSIMO(A) SENHOR(A) DOUTOR(A) JUIZ(A) DO TRABALHO DA ____ VARA DO TRABALHO DE

PROCESSO Nº: _____

REQUERENTE: _____

REQUERIDO: _____

I – DOS FATOS

O Requerente ajuizou ação trabalhista em face do Requerido, mas constatou-se a ocorrência de conduta processual que configura litigância de má-fé, conforme se demonstrará a seguir.

II – DA LITIGÂNCIA DE MÁ-FÉ

Nos termos do art. 80 do Código de Processo Civil, aplicável subsidiariamente ao processo do trabalho conforme art. 769 da CLT, considera-se litigante de má-fé aquele que, durante o processo, agir de maneira temerária ou de modo a prejudicar direito da parte contrária ou o regular andamento do processo.

A litigância de má-fé pode se manifestar em diversas condutas, entre as quais:

- Alterar a verdade dos fatos;
- Usar do processo para conseguir objetivo ilegal;
- Opuser resistência injustificada ao andamento do processo;
- Provocar incidentes manifestamente infundados;
- Interpor recurso com intuito manifestamente protelatório;
- Apresentar defesa, recurso ou ato processual contra texto expresso de lei ou fato incontroverso.

No presente caso, o Requerido agiu com intuito de tumultuar o andamento processual, apresentando documentos falsificados e informações inverídicas, conforme provas acostadas aos autos da ação principal.

III – DOS FUNDAMENTOS JURÍDICOS

A Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), em seu artigo 793-B, prevê que a parte que agir de má-fé será condenada a pagar multa e indenizar a parte contrária pelos prejuízos causados.

O artigo 81 do Código de Processo Civil também estabelece as penalidades aplicáveis ao litigante de má-fé, entre elas:

- Multa entre 1% e 10% do valor da causa;
- Indenização à parte contrária pelos prejuízos sofridos;
- Responsabilidade pelas despesas e honorários advocatícios.

IV – DOS PEDIDOS

Diante do exposto, requer-se:

1. O reconhecimento da litigância de má-fé por parte do Requerido, nos termos do artigo 80 do CPC e artigo 793-B da CLT;
2. A condenação do Requerido ao pagamento de multa no percentual máximo permitido pela lei, sobre o valor da causa;
3. A condenação do Requerido ao pagamento de indenização pelos prejuízos causados ao Requerente, incluindo honorários advocatícios;
4. A intimação do Requerido para que se abstenha de atos processuais que caracterizem má-fé e para que se abstenha de práticas protelatórias no andamento da demanda principal;
5. A condenação do Requerido ao pagamento das custas processuais decorrentes do presente pedido;

Nestes termos,

Pede deferimento.

_____, ____ de _____ de _____
Local Data

Advogado(a)

OAB/ __ Nº _____

Fonte original deste documento:

<https://documentos-jus.com/pedido-de-litigancia-de-ma-fe/>

Este modelo foi útil para você?

Confira outros modelos atualizados em:

<https://documentos-jus.com>

Mais modelos

Este modelo é destinado exclusivamente para uso pessoal e não comercial.
Ao compartilhar ou publicar, a citação da fonte é obrigatória.

Este modelo tem caráter meramente orientativo e não constitui aconselhamento jurídico.
Recomenda-se consultar um profissional qualificado para casos específicos.